

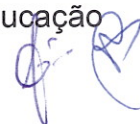
**ATA DA 407ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CEPRAM**

No dia 26 de Março de 2021, ocorreu a 407ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –CEPRAM de forma virtual, através da Plataforma virtual Teams, como prevenção à pandemia de Coronavírus. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Aprovação da ata 3ª Reunião Extraordinária CEPRAM, realizada 04/09/2020; 405ª Reunião Ordinária CEPRAM, realizada dia 06/11/2020 e 406ª reunião ordinária CEPRAM, realizada 11/12/2020; Processos Analisados na 43ª Reunião Virtual da CT Recursal dia 09/10/2020; Processos Analisados na 44ª Reunião da CT Recursal dia 05/11/2020; Processos com Pedido de Vistas, na 405ª Reunião Ordinária do CEPRAM, do dia 06/11/2020; Minuta de Resolução com as adequações e atualizações da Resolução nº 3.183 de 22 de agosto de 2003 que trata de situações de emergências ambientais; Apresentação do balanço das atividades de 2020 e Planejamento 2021 do CEPRAM; Indicação de 02 de conselheiros, um titular e um suplente, para representação no Grupo de Sustentação para acompanhar o processo de elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; Apresentação sobre a Mata Atlântica: Observações e os resultados do monitoramento; apreciação e aprovação da Recomendação 02 de 11/12/2020 que recomenda aos órgãos do SISEMA o Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, conforme deliberação da 28ª reunião da CTBIO do dia 25/11/2021; Informes; O que ocorrer.

João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA cumprimentou a todos, e disse estar alegre em participar da 1ª Reunião do CEPRAM do ano de 2021, que o ideal seria se estivessem realizando-a de maneira presencial, mas que infelizmente isso ainda não é possível em função do momento crítico que o mundo está vivendo e que traz muita preocupação. Fez uma proposição de Moção de Pesar pelo falecimento do Ex - Secretário Eugênio Spengler, que também foi membro deste Conselho, e que durante a sua vida profissional se dedicou às causas ambientais e que deixa um legado importante para Bahia e para todos que estão ligados ao Meio Ambiente, proposta que foi aprovada pela maioria dos presentes, porém com abstenções da Sociedade civil: Daniel Barreto – GERMEN; Renato Cunha – GAMBÁ; Marjore Nolasco – UEFS;



35 Amanda Silva – ADES; Grigório – SINDAE, que disseram se solidarizar com os  
36 familiares pelo falecimento, mas também afirmando que as contribuições no  
37 âmbito ambiental, não foram bem vistas aos olhos deles. Renato Cunha -  
38 GAMBÁ propôs Moção de Pesar pelas 300.000 mortes ocasionadas pela  
39 COVID-19, que foi aprovada por unanimidade. Sinalizou que a SECEX vai ficar  
40 responsável de elaborar e publicar a Moção de pesar pelo falecimento de  
41 Eugênio Spengler, Ex Secretário da SEMA, e a Moção de Pesar pelas 300.000  
42 mortes ocasionadas pela COVID-19. Agradeceu a compreensão e pediu que  
43 aproveitem o espaço democrático para que tenham a melhor efetividade da  
44 reunião para que não aconteça como nas últimas reuniões. Falou da  
45 necessidade de objetivar as reuniões. Propôs que os processos em pauta,  
46 mesmo reconhecendo a importância dos mesmos, passassem para último  
47 ponto de pauta, para que fossem iniciados os pontos de maior discussão.  
48 Perguntou se a Diretora Geral do INEMA ou representante estava presente,  
49 considerando que havia pontos ligados diretamente ao INEMA. Miguel Calmon  
50 Neto – COFIS/INEMA informou que estava representando o INEMA. Miriã  
51 Caetano da Silva - SECEX esclareceu que a alteração de pauta pode ser  
52 proposta, mas que a Planária é que tem autonomia para aprovar ou não. Após  
53 discussão colocou em votação Proposta 1 :Inversão de pauta e o horário da  
54 reunião até as 13h, e a Proposta 2: manutenção da pauta. Após votação 12  
55 votos a favor da proposta 1, 05 votos pela proposta 2, 01 abstenção de Renato  
56 Cunha que sugeriu a proposta de uma reunião extraordinária para continuidade  
57 da pauta que ele acredita que não seja esgotada na reunião. Foi aprovada a  
58 inversão da pauta. Passou-se para apreciação e aprovação da Recomendação  
59 02 de 11/12/2020 que recomenda aos órgãos do SISEMA o Fortalecimento do  
60 Sistema Estadual de Unidades de Conservação, conforme deliberação da 28ª  
61 reunião da CTBIO do dia 25/11/2021. Fez a leitura da Recomendação.  
62 Renato Cunha – GAMBÁ esclareceu que se trata de uma Recomendação  
63 muito importante, pois é necessário melhorar o sistema Estadual de Unidades  
64 de Conservação e que a Recomendação está perfeita e bem sucinta. Informou,  
65 que no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que ocorreu  
66 há 15 dias foi discutido e aprovado o Observatório das Áreas Protegidas da  
67 Bahia, que é justamente para ajudar nesse fortalecimento da gestão das  
68 Unidades de Conservação. Vale ressaltar a importância da Educação



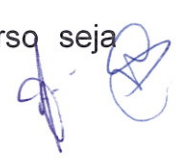
69 Ambiental, inclusive fortalecendo a equipe técnica da SEMA, na Diretoria de  
70 Educação Ambiental, para que implemente a Lei de Educação Ambiental  
71 capítulo 7, seção 3, artigo 27, que fala da importância da Educação Ambiental  
72 nas Unidades de Conservação, que é importante estabelecer um plano para  
73 esta implementação, e não usar Educação Ambiental para minimizar  
74 problemas e sim para prevenir impactos.

75 Severino Agra - UFBA concordou com a recomendação e sugeriu que a  
76 mesma fosse enviada para todos os integrantes do Sistema e que fosse  
77 encaminhada ao CEPRAM o retorno das iniciativas feitas para o cumprimento  
78 da recomendação, para saberem se a recomendação está sendo observada e  
79 quais providências estão sendo tomadas.

80 Evilásio Fraga- FAEB pontuou que as Unidades de Conservação são muito  
81 importantes para a sociedade, mas que talvez em um outro momento a própria  
82 Câmara Técnica poderia propor quais são as ações necessárias para apoiar as  
83 Unidades de Conservação.

84 Clarissa Amaral - SIDA/SEMA informou que foi criado um grupo de trabalho da  
85 SEMA e do INEMA voltado para as Unidades de Conservação,  
86 especificamente, e está aguardando o Fundo de Compensação Ambiental, que  
87 já foi aprovado pela PGE ser assinado na Casa Civil, e a expectativa feita foi de  
88 600 milhões de reais que devem ser executados nas Unidades de  
89 Conservação, onde foi originado o impacto. Pontuou que esse recurso daria um  
90 grande impulso para Unidades de Conservação. Pontuou que através desse  
91 recurso vai poder fazer um investimento grande em todas as Unidades de  
92 Conservação, que tenham recurso de compensação ambiental. Ressaltou que  
93 o recurso oriundo de compensação ambiental tem alguns limites que impactam  
94 muito na sua execução, e agora com o Fundo vai ser diferente, pois vai poder  
95 juntar dois, três recursos em cada subconta de Unidade de Conservação para  
96 poder fazer o que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da  
97 Natureza - SNUC determina e estabelece. João Carlos Oliveira da Silva –  
98 Secretário da SEMA ressaltou que a construção desse Projeto do Fundo teve  
99 acompanhamento do Ministério Público.

100 Evilásio Fraga- FAEB pontuou sobre a Câmara de Compensação Ambiental  
101 que parece que existe o recurso e que em relação ao contingenciamento,  
102 realmente precisa de uma política do Conselho para que o recurso seja

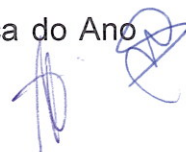


103 liberado para uso dentro do que está previsto, porque a Secretaria da Fazenda  
104 tem uma tendência muito grande de segurar e tomar conta da chave e não  
105 deixar o cofre abrir de forma alguma. E que não sabe se poderia usar essa  
106 expressão, mas que é um recurso “carimbado” que deve ser usado para isso.  
107 Clarissa Amaral -SIDA/ SEMA esclareceu que agora com o Fundo não irá se  
108 correr mais esse risco, que agora só depende dessa publicação. Mariana Vidal  
109 - ASSESP/ SEMA esclareceu que precisa diferenciar o funcionamento desse  
110 Fundo com o do Fundo de Recursos Hídricos, tem um funcionamento de uma  
111 outra natureza. Que não é um Fundo que fica na conta do Estado e por isso  
112 não há risco de contingenciamento. Que a natureza do recurso é privada e  
113 decorrente da Compensação Ambiental, então uma das grandes vantagens  
114 desse Fundo é garantir a fácil execução dos recursos dos projetos, porque ele  
115 facilita tanto para órgão ambiental quanto para entidade que vai estar  
116 selecionada através de um processo público. Após a publicação do decreto  
117 haverá um edital para fazer a seleção da instituição, decreto este público,  
118 necessariamente tramitará pela PGE e pela SAEB porque é preciso instaurar  
119 um processo para tanto, será dada a devida publicidade pela SEMA.

120 Miriã Caetano da Silva - SECEX entendeu que o texto da Recomendação foi  
121 referendado, mas colocou em votação do texto na íntegra como apresentado.  
122 Sendo assim, foi aprovado por unanimidade a Recomendação do CEPRAM  
123 nº02 referente ao fortalecimento das Unidades de Conservação do Estado no  
124 que tange a estrutura e recursos financeiros. Passou para o próximo ponto de  
125 pauta, referente à Apresentação sobre a Mata Atlântica: Observações e os  
126 resultados do monitoramento. Ressaltou que este ponto seria apresentado por  
127 Marcos Machado do INEMA, porém ontem ele avisou que tinha um imprevisto,  
128 mas Miguel que também participou da elaboração, está aqui para fazer a  
129 apresentação. Este foi um ponto inclusive que a Sociedade Civil já havia  
130 colocado, inclusive em outros colegiados e que já estava em pautas anteriores  
131 do CEPRAM.

132 Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA fez a apresentação no intuito de  
133 demonstrar o que vem sendo feito pelo INEMA, mencionou a Lei nº 11.428 (Lei  
134 da Mata Atlântica) de 2006, que define que a Mata Atlântica contempla  
135 diferentes formações florestais e ecossistemas associados, os quais foram  
136 detalhados pelo Decreto nº 6.660 de 2008, e delimitados no Mapa da Área de

137 Aplicação da Lei nº 11.428 de 2006, elaborado e publicado pelo IBGE. A escala  
138 do referido mapa, entretanto é de 1:50.000. O novo mapa de biomas já sairá  
139 com escala maior (1:250.000). Pontuou, que além da própria Lei nº 11.428 e do  
140 Decreto nº 6.660, existem resoluções do CONOMA que definem vegetação  
141 primária e secundária e dão os parâmetros para identificação dessas  
142 vegetações nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração, tanto das  
143 formações florestais, quanto da vegetação de restingas e de campos de  
144 altitude. Segundo a Lei, a utilização ou supressão da vegetação nativa de Mata  
145 Atlântica só poderá ser autorizada em casos excepcionais, observando ainda  
146 restrições diferenciadas, para vegetação primária ou secundária, neste caso,  
147 levando-se em conta os estágios inicial, médio ou avançado de regeneração  
148 (Art. 8º da Lei 11.428 de 2006). Informou que a Lei também cita as  
149 competências dos órgãos para emissão dessas autorizações. Ressaltou as  
150 permissões de supressão de vegetação em casos excepcionais, específicas  
151 para cada tipo de vegetações: primária, secundária, secundária em estado  
152 avançado de regeneração e secundária em estágio médio de regeneração e  
153 vegetação em estágio inicial de regeneração. Em áreas urbanas é vedada a  
154 supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica para fins de  
155 loteamento ou edificação nas regiões metropolitanas e áreas urbanas  
156 consideradas como tal em lei específica. É permitida, entretanto, a supressão  
157 de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração com  
158 restrições para fins de loteamento ou edificação, dependendo de prévia  
159 autorização do órgão ambiental estadual. É necessário, para tanto, no caso de  
160 estágio avançado a preservação de 50% da área total coberta por esse tipo de  
161 vegetação, e no caso de estágio médio 30%. Da compensação, o corte ou a  
162 supressão de vegetação primária ou secundária, nos estágios médio ou  
163 avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam condicionados a  
164 compensação ambiental na forma da destinação de área equivalente a  
165 extensão da área desmatada com as mesmas características ecológicas, na  
166 mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma micro bacia  
167 hidrográfica, e, nos casos de áreas urbanas, deverá ser no mesmo Município  
168 ou Região Metropolitana. É o que a Lei da Mata Atlântica fala a respeito da  
169 Compensação e das possibilidades previstas para concessão de ato para  
170 supressão. Apresentou os dados publicados pela SOS Mata Atlântica do Ano

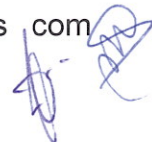


171 de 2020, que dizem respeito aos dados monitorados no período de 2018/2019.  
172 Mostrou o mapa que apresenta a distribuição dessas áreas que foram  
173 identificadas pelo levantamento da SOS Mata Atlântica como áreas suprimidas  
174 de acordo com o mapa de aplicação da Lei da Mata Atlântica. Esclareceu que  
175 por esse mapa de aplicação essas áreas não estão restritas ao litoral, tem  
176 algumas áreas interioranas. Esclareceu que os pontos em vermelho no mapa  
177 indicam as áreas que foram identificadas com decréscimo de vegetação nativa,  
178 sendo áreas do litoral, da Chapada Diamantina e as áreas mais ao Oeste do  
179 Estado. Já as áreas em verde são os remanescentes que a SOS computa com  
180 a série histórica do monitoramento que eles fazem. E as manchas cinza claro e  
181 cinza escuro são áreas em que não foi possível realizar esse monitoramento.  
182 Conforme estudos foram identificados para o Estado da Bahia 277 Polígonos  
183 que representaram 3.555 ha decréscimadas de vegetação nativa. A partir  
184 dessas informações o INEMA fez uma análise dos resultados e constatou que  
185 112 Polígonos destes 277, representavam 75% dos 3.555 ha decréscimados  
186 para o Estado. Desses 112 Polígonos, 84 foram analisados naquele período e  
187 observou-se que apenas 33 tinham o CEFIR para a área, então foi feita a  
188 sobreposição das imagens com os chapés fornecidos pela SOS Mata Atlântica  
189 e assim foi feita a sobreposição de dados entre a base do que eles publicaram  
190 e as bases que têm no INEMA, através do Sistema SEIA e através do  
191 GEOBAHIA. Diante disso, o INEMA desenvolveu o Projeto Harpia, Sistema de  
192 Monitoramento de Vegetação Nativa, a partir dos resultados da própria SOS  
193 Mata Atlântica no ano de 2017. Basicamente a equipe do geoprocessamento  
194 faz o monitoramento de algumas áreas, esses resultados são passados para a  
195 equipe de fiscalização ir a campo fazer a fiscalização, no sentido do que é  
196 percebido quase em tempo real por este sistema. Ainda em relação aos dados  
197 que foram publicados pela SOS Mata Atlântica em 2020 e pelo que foi  
198 levantado pela equipe do Projeto Harpia este projeto consegue monitorar  
199 algumas áreas de decréscimo de vegetação nativa do Estado. Ressaltou que o  
200 monitoramento não é restrito às áreas de Mata Atlântica, consegue levantar  
201 algumas informações para áreas de caatinga. Esclareceu que a idéia do  
202 Projeto é poder avançar para o monitoramento do Estado como um todo.  
203 Pontuou que em 2020, apesar dos impactos gerados pela pandemia no  
204 planejamento das atividades de campo, foram realizadas algumas ações de

205 fiscalização. Salientou que a realidade do campo às vezes mostra diferença do  
206 que a lei do mapa de aplicação menciona, pois esta diz ter existência de  
207 vegetação de mata atlântica em algumas áreas, porém na visita percebe-se  
208 que em alguns casos isso não se confirma, por ser área de transição entre  
209 caatinga e Mata Atlântica. Ressaltou que o Projeto Harpia é um Sistema que  
210 tem o objetivo de compilar todas as informações vindas de diversos sistemas  
211 (MAP BIOMAS, BDqueimadas/INPE, SEIA, GEOBAHIA) e o GEOBAHIA seria  
212 a ponte de disponibilização dessas informações não só internamente, mas  
213 também para usuário externo (a sociedade como um todo) e obviamente que  
214 internamente através de uma sala de situação a fiscalização e a equipe de  
215 monitoramento consomem esses dados no sentido de dar informações para  
216 subsidiar os planejamentos e as execuções das atividades. Esclareceu que a  
217 apresentação tinha o viés de mostrar essas informações que foram publicadas  
218 pela SOS Mata Atlântica no ano de 2020 e por isso trazia o histórico desde  
219 então e são as informações que o INEMA tem para disponibilizar para os  
220 conselheiros no momento.

221 Jorge Cajazeira - FIEB pontuou que não entendeu a indicação de Mata  
222 Atlântica na Região da Caatinga e na Região do Oeste (onde está o Cerrado).  
223 pelo que entende dos principais Biomas do Estado a partir de Bonfim ,  
224 Jeremoabo, o meio da Bahia todo é predominantemente de caatinga, depois de  
225 Jacobina já é considerado cerrado, e a Mata Atlântica evidentemente não  
226 estaria aí presente. O que a SOS Mata Atlântica considerou Mata Atlântica em  
227 regiões que são tipicamente cerrado e caatinga?

228 Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA esclareceu que a Lei da Mata Atlântica  
229 tem em conjunto um mapa de aplicação da lei que indica áreas de floresta  
230 estacional para essas áreas mais para dentro, não é que se tenha  
231 necessariamente o mesmo tipo de vegetação e de espécies que ocorre do  
232 litoral para dentro, muitas vezes isso acontece sim, mas é o tipo de floresta que  
233 o mapa de aplicação cita que ocorre, mais para as áreas do interior do Estado.  
234 Por isso, fez questão de confirmar por exemplo, as ações nas áreas do entorno  
235 da região de Vitória da Conquista, o que o campo mostrou foram áreas  
236 diferentes, muito mais características de caatinga efetivamente do que área de  
237 Mata Atlântica. Ruy Argeu – FECOMÉRCIO sugeriu que as apresentações  
238 desse porte necessitariam ser encaminhadas para os conselheiros com



239 antecedência, para que possam ser analisadas e assim poderem realizar as  
240 ponderações de uma forma mais coerente. Disse ser estranho uma Mata  
241 Atlântica a praticamente 1.000 km afastada do atlântico, está quase uma “Mata  
242 Pacífica” e que lhe parece ser uma incoerência da Lei. Informou que a região  
243 próxima a Jequié de onde é oriundo, é caatinga e está aí zoneada como Mata  
244 Atlântica e que a Chapada Diamantina não tem nenhuma característica de  
245 Mata Atlântica e pontuou que isso é um equívoco da legislação e que esse  
246 assunto precisa ser tratado no CEPRAM e cabe seguramente uma revisão da  
247 lei, para que não se tenha penalizado proprietário rural com uma legislação  
248 equivocada.

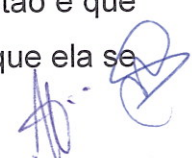
249 Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA pontuou que as falas dos conselheiros  
250 questionam até onde a Mata Atlântica avança nas áreas interiores do Estado.  
251 Esclareceu que a Lei da Mata Atlântica tem um Mapa de Aplicação que foi  
252 elaborado pelo IBGE em 2006 e que indica as áreas de Floresta Estacional  
253 Interioranas (semi decíduas ou decíduas) que também ocorre nessas áreas  
254 mais no interior do Estado. Pontuou que isso precisa ser avaliado em campo,  
255 para verificar a informação. Ressaltou que já foi feito, questionamento ao IBGE  
256 a respeito da possibilidade da atualização desse mapa de aplicação, pela  
257 equipe de tecnologia da Informação, mas disse não saber o retorno obtido pelo  
258 INEMA. O fato é que a Lei diz que é e conseqüentemente o INEMA,  
259 independente de ser mata atlântica ou não, tem a obrigação de ir a campo  
260 verificar e fiscalizar. Quanto ao envio da apresentação disse que irá  
261 encaminhar a SECEX para que seja disponibilizado para conselheiros. Ruy  
262 Argeu – FECOMÉRCIO entendeu o posicionamento, mas deixou registrado  
263 que a ação de fiscalização no campo torna discricionário o ato do fiscal definir  
264 se é Mata Atlântica ou não e isso gera insegurança jurídica ao empreendedor.  
265 Evilásio Fraga - FAEB pediu para alguém conceituar o que é Floresta  
266 Estacional Decídua e Semi Decídua, e que a partir desse conceito se define o  
267 que está protegido pela lei ou não, e vai entender o que a lei objetivou.  
268 Alessandra Chaves – AIBA esclareceu que a Lei da Mata Atlântica em alguns  
269 pontos vem sendo questionada, pelo fato de inserir fisionomias florestais de  
270 caatinga e cerrado como agregado à Mata Atlântica. Isso ao longo do tempo  
271 foi feito por uma legislação federal com os argumentos dos técnicos do IBGE  
272 na época, com argumentos políticos e filogenéticos, através das genéticas



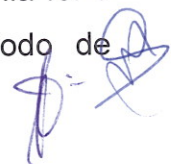
273 dessas plantas e foi definido na época que a Mata Atlântica saiu da área  
274 litorânea da Bahia e migrou para o interior, através de alguns argumentos de  
275 genética. Porém, quando se analisa o manual de classificação de vegetação  
276 proposto pelo próprio IBGE, e analisa a lei da mata atlântica, fazendo  
277 comparativo não fica claro realmente o que é uma savana estépica arbórea que  
278 seria a caatinga e o que é uma fisionomia estacional. Ressaltou que todas  
279 essas duas fisionomias florestais estacional decíduais e semi decíduais foram  
280 agregadas a Mata Atlântica que é uma fisionomia diferente que é pereniforme  
281 que tem folha o ano todo, mas a agregação está muito vinculada a espécies  
282 hoje que acontecem em mata atlântica e que tem uma ligação genética.  
283 Pontuou que teria que ter um estudo um pouco maior do manual de  
284 classificação, para definir hoje o que é a mata atlântica no interior da Bahia e  
285 do Brasil e que este assunto deveria ser discutido melhor no CEPRAM. Miguel  
286 Calmon Neto – COFIS/INEMA pontuou que é exatamente isso e reforçou a  
287 necessidade, que vem sendo feita, de questionamentos tramitando a respeito  
288 dessas questões da Mata Atlântica, seja de área rural consolidada, mas do  
289 ponto de vista da Lei Federal tem o entendimento que aquela área está  
290 respaldada nesta proteção e é o que é atendido hoje e preconizado pelo órgão  
291 ambiental. Luis Galvão – SINDICAL pontuou que Miguel fez uma boa  
292 apresentação e o que estava a sua disposição foi colocado, e dentro do debate  
293 tem algumas perguntas: Quem realiza o monitoramento e quem faz a  
294 interpretação do sensoriamento remoto? Quais as imagens e de quais satélites  
295 são utilizados pelo Projeto Harpia? Qual o investimento que a SEMA realiza  
296 nesse Projeto Harpia com os terceirizados? Pontuou que seria muito mais  
297 produtivo a SEMA estabelecer o mapeamento da Mata Atlântica do que ficar  
298 fazendo verificações. O ideal é fazer o mapeamento e a delimitação da  
299 Floresta nas definições, e mais ainda, as Resoluções CONAMA que  
300 estabelecem os estágios sucessionais inicial, secundário e avançado já lhe dão  
301 um bom substrato de onde vai fazer a delimitação da mata atlântica e acabar  
302 com toda essa polêmica e insegurança nos licenciamentos. Questionou que se  
303 a população continua crescendo, as necessidades da sociedade aumentando e  
304 o licenciamento se concedendo, por utilidade pública ou interesse social vai  
305 haver as supressões de vegetação dentro da mata atlântica, qual o limite  
306 disso? Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA esclareceu que as informações



307 são levantadas no mapa que foi apresentado. Informou que ainda não  
308 conseguem fazer o monitoramento completo através do Projeto HARPIA, mas  
309 que obviamente é o intuito do órgão. O INEMA tem tentado avançar iniciando  
310 essa verificação de forma remota, sabendo que obviamente em algum  
311 momento pode precisar ir a campo fazer essa fiscalização. Inicialmente é feita  
312 uma notificação, buscando saber dele qual é a situação, se ele tem o mapa  
313 autorizativo emitido pelo órgão municipal, para que a partir dessas respostas  
314 possa se deliberar o que vai ser feito. E aí atua no campo naqueles imóveis  
315 que não tem hoje dentro da base do banco de dados do CEFIR, mas  
316 obviamente, o número de infrações é infinitamente maior ao tempo de  
317 respostas que o órgão consegue dar, infelizmente tem essa realidade. Em  
318 relação à base de verificações ainda tem uma limitação do ponto de vista do  
319 monitoramento. Esclareceu que os dados da SOS Mata Atlântica são feitos  
320 pela própria instituição que contrata uma outra empresa (Arcplan) e consomem  
321 as informações do INPE, o qual gera as imagens de satélite e fazem a  
322 divulgação anualmente no mês de maio, quando da data do dia de  
323 comemoração da Mata Atlântica. O monitoramento do INEMA é feito pela  
324 equipe de tecnologia de informação do órgão, a equipe de geoprocessamento,  
325 consumindo informações também do INPE, além de outras bases de dados.  
326 Então hoje tem um contrato com a Planet, que o INEMA consome imagens de  
327 satélite também produzidas pela Planet quando da necessidade da equipe de  
328 geoprocessamento para esses monitoramentos. No que se refere aos satélites,  
329 disse não conhecer muito, mas disse que tem o Sentinel e o Sentinel 2. Quanto  
330 ao investimento disse que não sabe informar, mas disse que pode verificar  
331 junto ao órgão para dar essa resposta. Ressaltou que existem Resoluções  
332 CONAMA que citam as espécies, então não é uma identificação aleatória que  
333 a área técnica faz em campo, isso é através também de regulamentações  
334 próprias que as legislações trazem. O grande "X" da questão é que na Lei da  
335 Mata Atlântica ela caracteriza e inclui floresta estacional, semidecidual e  
336 decidual como áreas de proteção, para este tipo de floresta, ou seja, foi  
337 absorvida também quando foi promulgada a Lei da Mata Atlântica em 2006,  
338 além das outras fitofisionomias que estão também envolvidas na área da Mata  
339 Atlântica, por exemplo, manguezal, floresta andrófila, restinga, a questão é que  
340 a lei trouxe esse tipo de informação florestal para dentro da proteção que ela se

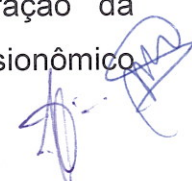


341 propôs naquele momento. Em relação aos limites da Autorização de Supressão  
342 de Vegetação - ASV, a legislação fala os casos em que é possível a emissão  
343 desse tipo de autorização. A lei não estabelece um limite de até "x" hectares,  
344 ela não entra nesse tipo de mérito, mas o que ela fala é que para esse tipo de  
345 vegetação estágio médio, avançado de regeneração ou floresta com estágio  
346 primário caracterizado. Através da resolução CONAMA você pode apenas  
347 emitir autos autorizativos para supressão de vegetação nessas condições,  
348 desde que se faça a compensação ambiental. Basicamente o que a lei fala é  
349 isso. Renato Cunha - GAMBÁ destacou que essa proposta de apresentação da  
350 Mata Atlântica foi feita pela Sociedade Civil, em maio de 2020, logo depois que  
351 saíram os dados da SOS Mata Atlântica e do INPE, através de todo  
352 monitoramento dessa importante instituição brasileira científica que fazem um  
353 trabalho excepcional, para o monitoramento da supressão de vegetação,  
354 desmatamento, reflorestamento, e todas as informações técnicas e científicas  
355 que são muito bem reconhecidas não só nacionalmente, mas até  
356 internacionalmente. A SOS é apenas um veículo de informação para a  
357 sociedade dos dados que são levantados, inclusive agora está sendo feito  
358 anualmente, disponibilizado no mês de maio, na época do aniversário da Mata  
359 Atlântica. Esclareceu que propôs na época que a apresentação fosse feita  
360 não só pelo INEMA, mas também pela SOS Mata Atlântica, infelizmente foram  
361 adiadas em várias reuniões e hoje disse que tentou que alguém da SOS que  
362 trabalha nessa área tivesse presente para tratar deste tema também com os  
363 Conselheiros, mas isso não foi possível neste momento. Essas fisionomias  
364 vegetais que foram definidas para aplicação da Lei da Mata Atlântica foi a partir  
365 de várias análises, vários workshops com muitos cientistas trabalhando para  
366 que fossem definidas essas diversas fisionomias florestais. Ressaltou que  
367 sempre escuta esses questionamentos de vários segmentos que estão não  
368 preocupados com a proteção da mata atlântica, mas preocupados talvez na  
369 supressão da vegetação da mata atlântica e diria do cerrado e da caatinga. Os  
370 dados que existem também pelo INPE e pelo MAP BIOMAS que é outra  
371 ferramenta importantíssima hoje, mostra que o cerrado também está sendo  
372 suprimido em uma velocidade bastante significativa, a caatinga não tem dados  
373 objetivos, mas que não deve ser muito diferente. Ressaltou que a Bahia foi o  
374 segundo Estado que mais suprimiu a Mata Atlântica nesse período de



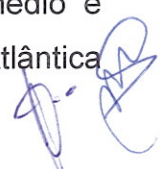
375 2019/2020, perdeu só para Minas Gerais, foram esses 3.550 ha que foi falado  
376 na apresentação. Toda essa discussão é importante para se pensar o que se  
377 quer para a mata atlântica para as gerações futuras. Lembrou que se vive uma  
378 situação de emergência climática e a vegetação é fundamental para proteção  
379 disso tudo. Ressaltou que o CEPRAM tem que ficar preocupado  
380 fundamentalmente, no desenvolvimento, no sistema de ocupação de território  
381 que proteja esses remanescentes florestais e não só da Mata Atlântica, mas  
382 também do cerrado e da caatinga, de todos os ecossistemas e biomas  
383 brasileiros que não estão sendo bem protegidos pelo sistema de ocupação que  
384 é fundamentalmente mais predatório do que conservacionista. Propôs trazer  
385 novamente esse debate em uma reunião específica sobre a Mata Atlântica,  
386 para abordar com mais profundidade essas questões todas, com presença de  
387 especialistas. Agradeceu a apresentação e pontuou que a sociedade civil está  
388 sempre preocupada com essas autorizações de supressões de vegetação que  
389 o INEMA tem emitido em vários biomas, e isso tem sido questionado aqui no  
390 CEPRAM e em outras instâncias também. Ressaltou que isso precisa ser  
391 avaliado, inclusive está na pauta da CTPPDS/CEPRAM para que sejam  
392 avaliados os critérios que são utilizados para essas autorizações, para depois  
393 ser pautada na plenária do Conselho.

394 Severino Agra – UFBA pontuou que o SOS Mata Atlântica é uma instituição  
395 muito atuante, respeitada por diversos setores e tem prestado um serviço de  
396 grande alcance para o Brasil quando levanta essas informações e disponibiliza,  
397 claro que tem um olhar do movimento ambientalista, e tem sido respeitada  
398 inclusive pelos setores empresariais, aqueles que acreditam que o  
399 desenvolvimento pode ser de forma sustentável e estão trabalhando juntos  
400 para poder buscar alternativas para que este horizonte seja atendido. As  
401 excepcionalidades nas intervenções existem nas normas do CONAMA, e quer  
402 saber se está sendo aplicada no Estado da Bahia. Gostaria de saber do total  
403 que existe de área de Mata Atlântica na Bahia, quantos por cento é feito esse  
404 tipo de trabalho de monitoramento que o INEMA faz, mas não têm uma  
405 consequência imediata na fiscalização, percentuais da capacidade de atuação  
406 do órgão? Esse tipo de atuação tem gerado algum tipo de orientação ou  
407 proposição normativa específica que possa melhorar a elaboração da  
408 apreciação dos técnicos? Esclareceu que tem áreas pelo conceito fisionômico.



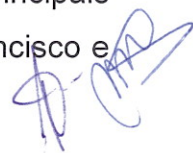
409 que tem maciços florestais de característica de mata atlântica, mas que foram  
410 degradadas e que não tem mais nenhum remanescente, isso não quer dizer  
411 que esta área não seja. Então quando o IBGE fez, baseado em dados  
412 realmente científicos, pois esse Órgão não produz informação sem ter um  
413 respaldo acadêmico e científico correto, o que tem são áreas que deixaram de  
414 ser mata atlântica porque foram degradadas, mas ela continua sendo área a  
415 ser buscado uma recuperação.

416 Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA ressaltou que esses dados apresentados  
417 hoje foram referentes ao período de 2018/2019. Como foi apresentado nesses  
418 dados de 2020 a Bahia veio para segundo lugar, porém mencionou que o  
419 esforço do INEMA é grande e árduo devido as diversas questões técnicas que  
420 o campo oferece nesse combate ao desmatamento, ainda que se tenha  
421 diversos esforços e investimentos internos para isso, mas muito fruto do próprio  
422 Projeto Harpia. Ressaltou que quando fala decremento é o termo que inclusive  
423 a SOS cita que nada mais é do que efetivamente a perda da vegetação, não  
424 entrando no mérito se foi desmatamento, queimada, e sim é a perda daquele  
425 maciço florestal. Disse que não tem uma série histórica muito longa para se  
426 afirmar isso, mas o INEMA tem trabalhado e se esforçado nesse sentido,  
427 quando fez a publicação dos dados da SOS em 2019 a Bahia ficou pela  
428 primeira vez, em quarto lugar e com decremento inferior a 2.000 ha naquele  
429 ano, obviamente teve essa situação voltando em 2020, mas garantiu que o  
430 esforço do Órgão é diário nesse sentido e tem sido feito sim trabalhos  
431 constantes para poder garantir que esse número seja cada vez menor no  
432 sentido de se figurar nessas publicações da SOS Mata Atlântica. No que se  
433 refere aos casos de excepcionalidades na CONAMA 369 se não falha a  
434 memória inclusive diz respeito à excepcionalidade para APP, a Lei da Mata  
435 Atlântica 11.428 e o próprio decreto posterior que regulamenta, trata já os  
436 casos específicos de utilidade pública e interesse social para as possibilidades  
437 que são cabíveis naquela situação e que a supressão, ou seja, são os casos  
438 que a própria legislação da lei da mata atlântica trata. O caso de regeneração é  
439 muito similar ao estágio de vegetação primária só que a legislação inclui as  
440 questões de mineração, loteamento e edificações desde que tenha também a  
441 questão da compensação e faz menções referentes aos estágios médio e  
442 inicial, entendendo que são casos passíveis de supressão de Mata Atlântica.



443 para esses casos, lembrando que sempre é requerida a supressão para isso,  
444 exceto em casos de estágio inicial porque a própria legislação não o faz. No  
445 que se refere à porcentagem de monitoramento hoje para as áreas da Mata  
446 Atlântica é o que está demonstrado no mapa pela cor amarelo forte, através do  
447 monitoramento pelo Projeto Harpia, com a perspectiva de expansão para as  
448 outras áreas que não apenas da Mata Atlântica, como também da caatinga e  
449 do próprio cerrado. Ressaltou que isso é o que subsidia toda e qualquer  
450 planejamento de fiscalização que se faz nessas áreas, então o INEMA  
451 consome efetivamente as informações desses sistemas de monitoramento.  
452 Entende que é fato que existe uma melhoria desde então nas análises que são  
453 feitas pelos servidores nessas situações. Em relação aos aeromáti-  
454 cos identificados em 2006 e que muitas vezes não são mais percebidos nos dias de  
455 hoje, disse que se busca sempre o histórico das áreas, que os laudos do  
456 MAPBIOMAS informam daquelas áreas justamente para subsidiar a decisão  
457 e olhar para o histórico daqueles imóveis e constatado que ali é área de  
458 vegetação e dando a possibilidade da defesa do contraditório do autuado e  
459 determinar a recuperação da área para que volte ao estágio anterior. Evilásio  
460 Fraga – Sindicato Rural de Produtores Rurais de Ibicoara parabenizou Miguel  
461 pela apresentação. Pontuou que percebeu na apresentação e durante os  
462 diálogos é que o levantamento feito pela SOS Mata Atlântica e pelo Projeto  
463 Harpia é feito através de sensoriamento remoto, imagem de satélite que  
464 obviamente carece de uma inspeção em campo e que ficou claro na fala de  
465 Miguel que esse trabalho de inspeção em campo é feito, não talvez na  
466 totalidade em função das limitações físicas de pessoal no ano de 2020 por  
467 conta da pandemia, mas é feita fiscalização em campo. E é nessa fiscalização  
468 em campo que vai identificar se naquela área foi feita a intervenção ou não.  
469 Está bem claro na Lei que não se pode fazer intervenção de supressão de  
470 vegetação sem a devida autorização, independente de ser Mata Atlântica ou  
471 não. Por outro lado o empreendedor procura o Órgão para fazer a solicitação  
472 da autorização ou da licença, e às vezes aguarda anos para que seja  
473 analisados e respondido ao empreendedor dentro de um período e por outro  
474 lado todo mundo tem que cumprir a Lei, e quem cumpre a lei muitas vezes fica  
475 prejudicado pelo que não cumpre, além da falta de capacidade do Órgão de  
476 fiscalizar. Pontuou que na verdade o que se tem são os processos bem

477 amarrados e como não se consegue aumentar o quadro de funcionários,  
478 porque tem uma limitação de orçamento, enquanto Conselho o que pode ser  
479 feito para aprimorar o sistema, para melhorar a eficiência sem comprometer a  
480 qualidade e sem estimular que a pessoa vá para ilegalidade e desestimular  
481 aquele que quer fazer a coisa de maneira legal. Destacou que esses são  
482 questionamentos que precisam ser discutidos e que este é um papel deste  
483 Conselho. Como identificar realmente a área que é relevante proteger porque  
484 tem sensibilidade? As cidades crescem, a zona rural cresce e é a atividade  
485 humana que nos leva a essa realidade de se fazer a própria intervenção no  
486 meio ambiente, então são questões que devem ser analisadas neste Conselho.  
487 A visita de campo é fundamental para identificar se é ou não, mas como pode-  
488 se otimizar os procedimentos para ter mais celeridade, sem perder a qualidade  
489 dos atos autorizativos? Daniel Melo Barreto – GERMEN trouxe alguns dados,  
490 principalmente da Região Oeste, onde viveu por 12 anos. Se voltar em 2005, e  
491 vê a importância da Resolução das Unidades de Conservação. Que em 2005  
492 foi se criado a única UC Estadual de Proteção Integral no Oeste da Bahia que é  
493 a Estação Ecológica do Rio Preto e que no próprio site do INEMA fala que é  
494 criada pela floresta da Mata Atlântica, que tem dentro daquela estação  
495 ecológica, então quem fala que foi no Oeste e nunca viu Mata Atlântica é só  
496 passar na Estação Ecológica, que ali é claro que é uma Floresta Decidual.  
497 Pontuou que houve diversas pesquisas realizadas na área da Estação  
498 Ecológica e existem banco de dados de pesquisas das universidades da UFBA,  
499 da UNB, da UNEB, diversos materiais que mostram a fitofisionomia daquela  
500 região, que ali há resquícios de Mata Atlântica mesmo que já tenha sido  
501 degradado, mas que tem espécies ali que não são de cerrado e que você  
502 encontra em Mata Atlântica. É um região importante e a preservação dessa  
503 área entre Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia, uma área que  
504 enquanto estava no BIOESTE entre 2012 a 2014 foi muito trabalhada, fazendo  
505 pesquisas tanto de levantamento de animais aquáticos, terrestres, de plantas,  
506 muito trabalho científico foi produzido ali. Tanto as leis e o decreto que o  
507 Governador Paulo Souto já reconhecia a Mata Atlântica na região e a  
508 importância de proteger aquela área devido à grande expansão do agronegócio  
509 que é a região oeste e por ali passa o Rio Preto que é um dos principais  
510 afluentes do Rio Grande que por sinal vai ser afluente do Rio São Francisco e



que vai garantir a produção de muito desse agronegócio. Agradeceu a apresentação e reforçou que as manchas que aparecem no mapa não são manchas de achismo e de imagem de satélite não, ali tem muitos estudos e comprovações científicas. Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA esclareceu que o monitoramento subsidia as ações de fiscalização, hoje é uma premissa que o INEMA usa para consumir essas informações que são monitoradas e só após estas, ir para as ações com essa finalidade. O que tem tentado fazer é amadurecer esses procedimentos em relação a essas questões, e o que se observa é um avanço em relação a esses sistemas de detecção e monitoramento e como subsidia o Órgão para que cada vez mais o INEMA possa otimizar essas ações de fiscalização. Agradeceu a todos pela oportunidade e pontuou que registrou tudo, para poder avançar cada vez mais frente a essas situações.

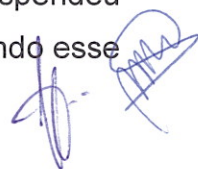
Miriã Caetano da Silva- SECEX/ SEMA colocou a questão da indicação dos membros do CEPRAM para participar do GT Plano Estadual de Resíduos Sólidos, solicitação feita pela SEDUR, que já vem se arrastando por várias reuniões. Como no CONERH Manoel Ailton ficou na titularidade e Evilásio ficou na suplência, ficou acordado que no CEPRAM a titularidade ficaria para o Setor empresarial e a suplência para a Sociedade civil, após a discussão ficou aprovado por unanimidade, a seguinte representação do CEPRAM: Titular: Jorge Cajazeira - FIEB, Suplente: Amanda Silva - ADES. Esclareceu a questão da indicação dos membros do CEPRAM para a composição do Fórum Estadual de Convivência com o semi-árido 2021/2022 e após a discussão ficou aprovado por unanimidade, a seguinte representação: Titular - Lucidalva Nogueira -PRISMA e Suplente - João Lopes Araújo - ASSOCAFÉ. Passou-se para o próximo ponto de pauta, referente à preocupação do INEMA em relação às adequações e atualizações da resolução que trata das situações emergenciais ambientais - Resolução nº 3.183 de 22 de agosto de 2003, esse texto que já foi recebido na convocação é pura e simplesmente ajuste em relação a endereços e contatos para que se dirijam ao Órgão e adequações de normas que vieram depois, não há nenhuma alteração na resolução do ponto de vista do conteúdo técnico. Esses ajustes se fazerem necessário, pois tem trazido alguns transtornos para o INEMA. Ressaltou que no encaminhamento da equipe da DIFIS/INEMA informa que tão logo seja possível será



545 apresentado para o Conselho atualizações do ponto de vista das questões  
546 técnicas, mas neste momento seria importante a publicação da resolução com  
547 esses ajustes e adequações referentes aos endereços e contatos do órgão.  
548 Diante disso, pergunta aos Conselheiros se seria possível aprovar a publicação  
549 da resolução com essas adequações? Foi aprovada a alteração da resolução  
550 com os ajustes/adequações no que diz respeito ao endereço e contato do  
551 órgão, por unanimidade. Severino Agra UFBA sugeriu como encaminhamento  
552 que após publicação dessa resolução, seja encaminhada para os setores  
553 interessados, até as que envolvem a questão de derramamento do óleo.

554 Miriã Caetano da Silva - SECEX/ SEMA no que se refere ao balanço de  
555 atividade sugeriu que a SECEX encaminhe o balanço das atividades do  
556 Conselho do CEPRAM 2019/2020 para que saiba as atividades realizadas e  
557 daria este ponto como avançado, ressaltou que este foi um trabalho feito por  
558 Samir Felipe e que hoje não está mais na equipe porque foi cedido e  
559 aproveitou para agradecer ao trabalho de Samir na SECEX e que hoje está em  
560 outra jornada. Em seguidas propôs que fosse realizada uma reunião  
561 extraordinária dia 16/04/2021 com os pontos de pauta que não foram sanadas  
562 na reunião de hoje. Passou-se para o que ocorrer. Renato Cunha/ GAMBA  
563 agradeceu a participação do Secretário até aquele momento e falou que as  
564 pessoas têm reclamado bastante da mineração da Bamin na região de Caetité  
565 em função das intervenções que estão sendo feitas, por causa da barragem de  
566 rejeitos e solicitou fiscalização urgente na obra. Também sinalizou que está  
567 tendo reclamações sucessivas da Brazil Iron, mineração em Piatã, com vários  
568 impactos na comunidade local. Pontuou que soube que o INEMA esteve  
569 recentemente na região, mas que não se sabe o que foi averiguado e solicitou  
570 retorno dessa informação. Perguntou ao Secretário sobre o embargo que teve  
571 da Baía de Todos os Santos, que houve uma decisão da justiça, que o INEMA  
572 suspendeu as licenças, mas que a obra até aquele dia não havia parado.

573 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário SEMA informou que em relação ao  
574 município de Piatã o INEMA fez uma fiscalização essa semana e está  
575 concluindo o relatório. Em relação à Caetité estão tomando conhecimento e  
576 que irá dialogar com o INEMA para fazer essa fiscalização. E no que se refere  
577 ao Complexo Portuário o processo está judicializado, que o INEMA suspendeu  
578 as licenças e que Mariana Vidal, Assessora Especial, está acompanhando esse



579 processo e que iria solicitar que Mariana fizesse uma Nota Técnica para  
580 apresentar ao Conselho. Miguel Calmon Neto – COFIS/INEMA disse que a  
581 situação da Bamin é nova, que eles não tinham conhecimento e solicitou que  
582 fosse formalizado a denúncia, disse que em relação a Brazil Iron estiveram em  
583 setembro de 2020 e que foram novamente na semana passada e que o  
584 relatório está sendo construído e que a empresa apresentou uma série de  
585 documentos em campo, de estudos, de material emitidos pela prefeitura e que  
586 os documentos que ainda estão sendo analisados para poder concluir esse  
587 relatório. Amanda Silva - ADES informou aos conselheiros a situação grave  
588 que está acontecendo nesse momento. A comunidade geraizeira de Arroz no  
589 município de Formosa do Rio Preto está passando por uma situação muito  
590 grave de atentado contra a vida, de agressões contra trabalhadores rurais e  
591 estão num momento em que todos os moradores das comunidades, inclusive  
592 saíram das suas residências com medo do terrorismo que PM tem feito na  
593 comunidade nos últimos 3 dias e isso aconteceu após reação de moradores  
594 dessas comunidades a ação de grileiros que atentaram contra as benfeitorias  
595 no seu território, que já é por determinação judicial de posse dessas  
596 comunidades. Registrou solidariedade, apoio e também reivindicou que os  
597 Órgãos que têm na mão a possibilidade de intervir nesta situação também  
598 apoiem a luta e os modos de vida dessas comunidades em seus territórios.  
599 Ressaltou ainda, a necessidade de sempre o CEPRAM e o INEMA levar em  
600 consideração as áreas, os territórios sub judice, para poder constranger cada  
601 vez mais as ações dos grileiros. João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da  
602 SEMA agradeceu a presença de todos e a explanação de Miguel, e sugeriu  
603 que no mês de maio fosse feito um Seminário sobre a Mata Atlântica,  
604 patrocinado pela SEMA, CEPRAM e INEMA com a presença de pesquisadores  
605 e dirimir as dúvidas com relação ao espaço da Mata atlântica. A reunião foi  
606 encerrada e a ata vai ser assinada e aprovada.

607

608 **Presidente do CEPRAM:** João Carlos Oliveira da Silva

609 **Secretaria Executiva:** Miriã Caetano da Silva

610 **Conselheiros presentes:**

611 Ana Maria da Lima Santos – SEINFRA

612 Marcelo de Almeida Senhorinho – SEAGRI

*João Carlos Oliveira da Silva*  
*Miriã Caetano da Silva*

- 613 Laís da Cunha - SDE
- 614 Cristiane Ferreira – SEPLAN
- 615 Lucigleide Nascimento - SEPLAN
- 616 Otávio Freire da Silva – SEDUR
- 617 Luis Galvão – SINDICAL
- 618 Wal Goulart júnior – UPB
- 619 Jorge Emanuel Cajazeira – FIEB
- 620 Luis Fernando Galvão - SINDICAL
- 621 Juçara Tanajura – SINDUSCOM
- 622 Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC
- 623 Sérgio Bastos – SINPEQ
- 624 José Luciano Fiuza – CETREL
- 625 Meryellen Baldim de Oliveira – SINDPACEL
- 626 Diogo Assis Guanabara – SINDICOM/BA
- 627 Walter Schimmelpfeng - FECOMÉRCIO
- 628 Fernanda Bulhões - SINCOFARMA
- 629 Ruy Argeu - FECOMÉRCIO
- 630 Alessandra Chaves Reis – AIBA
- 631 Ricardo Borges da Cunha – Sindicato Rural de Camacã
- 632 Evilásio Fraga - FAEB
- 633 Wilson Andrade - ABAF
- 634 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 635 José Roberto Pedreira Celestino - ABES
- 636 Grigório Rocha – SINDAE
- 637 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Comunidades Quilombolas
- 638 Severino Agra Filho – UFBA
- 639 Marjorie Nolasco – UEFS
- 640 Luiz Vitor Marsala - IDEIA
- 641 Renato Pegas Paes da Cunha – GAMBÁ
- 642 Daniel Melo Barreto - GERMEN
- 643 Amanda Santos Silva – ADES
- 644 Lucidalva Nogueira – PRISMA

